

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia MINERVA VIMARANENSE: Rua 31 de Janeiro — GUIMARÃES

Diga-se a verdade!

Se alguém que não tivesse assistido aos acontecimentos políticos que em Portugal se desenrolaram nos anos de 1906, 1907 e 1908 tentasse formar o seu juízo acerca de João Franco pela leitura dos jornais destes dias, ficaria convencido de que o último presidente de ministério de D. Carlos, fôra uma pobre vítima e os republicanos os seus algozes.

Nós não somos, ao contrário do que muitos supõem, sanguinários e ferozes, prégando o extermínio dos infelizes e reclamando o fusilamento em massa dos indiferentes.

João Franco morreu e não iremos perante o seu cadáver ainda quente, insultar-lhe a memória e esfrangalhar-lhe a mísera carcassa, como não o fizemos enquanto vivo, após o seu afastamento da vida pública. Sabemos respeitar os mortos, procedendo de modo diverso daqueles que por ódio à República gostam de revolver sepulturas de republicanos e cuspir sobre eles a baba peçonhenta do seu rancôr.

Mas não podemos compreender como, a menos de vinte e cinco anos de distância, se adultera a verdade e se transformam factos a que todos nós assistimos ou de que fomos participantes, com o propósito assente de convencer as gerações novas, quantos vieram depois deles, de que fôram os republicanos os culpados das violências praticadas.

Sim, porque só com tal propósito se faz, por não ser possível a ninguém acreditar que assim se proceda por esquecimento. Eles fôram suficientemente dolorosos e sangrentos para que se esqueçam com facilidade, não só por parte daqueles que lhes sofreram as consequências, mas dos que não passaram de meros espectadores.

Cansado de regeneradores e progressistas e vendo crescer, alarmantemente, a onda republicana, o rei D. Carlos procurou afastar o perigo que o ameaçava, praticando um acto de força que o salvasse e aos seus. A monarquia estava coberta de vergonhas e de opróbrio. E ou se mantinha pela violência, aniquilando os seus adversários, ou estes, cada vez em maior número, a liquidavam, sem a necessidade dum tiro sequer. Corrompidos até à medula, desmoralizados pelos crimes praticados e

pelas dissidências que os enfraqueciam e minavam, os dois grandes partidos não podiam, até pelas suas tradições de liberalismo, desempenhar-se dessa missão, auxiliar o rei pimpão na manobra a realizar.

Só havia um homem que, pelo seu feitiço, pela sua dedicação, era capaz de ir até ao fim — João Franco. D. Carlos não hesitou, convidando-o a seguir com ele por caminho diferente do que fôra trilhado até então. E seguiram, de facto, esperanças num triúfno retumbante, que o uso do poder, de resto, facilitava.

Todos sabem o que fôram esses vinte longos meses de caça, de violências sem nome, de perseguição atrás, não só aos adversários do regime, mas aos próprios monárquicos que receavam pela segurança do soberano e do trono, a ponto de Júlio de Vilhena exclamar profeticamente que aquilo acabava por uma revolução ou por um crime.

São de ontem estes acontecimentos, do nosso tempo, de quando já todos nós eramos homens. Ouve-se ainda o rumor dos protestos, o fragor da fusilaria, o choro angustiado de tanto ser inocente.

Como se atrevem, pois, os que hoje falam deles a adulterá-los, a mentir, de modo a lançarem sobre os republicanos — que o mesmo é sobre a República — o laben infamante que não pertencerá a João Franco, se assim o quiserem mas que cabe inteiro ao regime que ele serviu?

Já dissemos que não temos prazer em remexer sepulturas e cuspir sobre elas, como tantos dos nossos inimigos. João Franco morreu; que repouse em paz. Mas proclame-se alto e bom som a verdade, porque ela deve estar para todos, amigos ou inimigos, acima das paixões que nos dividem e das conveniências de momento.

A verdade é só uma, e é proclamando-a a través de tudo e seja contra quem fôr, que se ganha autoridade e bem se serve a nossa profissão.

De "O Povo".

A V I S O

São por esta forma avisados os cidadãos que tiraram as suas licenças de uso e porte de armas desde Janeiro e aqueles que as apresentaram em Fevereiro, de que já vieram do Arsenal do Exército, devendo o mais breve possível, ir buscar os respectivos alvarás, que se encontram na Secção Administrativa da Câmara Municipal.

A história triste da vila de Magui

No antigo país de Nobal, cujo início se perde na poeira dos tempos e que para sempre desapareceu no cataclismo imenso que deve ter sido a submersão da grande Atlantida, havia uma velha e nobre vila, a vila de Magui, a mais velha e a mais nobre, onde as artes e as indústrias floresceram a um ponto tal, que dos logares mais afastados do país vinham a ela, em intermináveis caravanas, os negociantes fazer as suas compras.

Pelo seu trabalho, pela sua lealdade e pela sua nobreza, Magui soube impôr-se à consideração dos governantes. Para guarda do seu histórico castelo foi destacada uma importante força de guerreiros; abriram-se escolas de comércio e indústria e um ginásio onde se frequentava um curso completo de ensino secundário, foi fundado.

O povo laborioso continuava a produzir, contente por ver o carinho com que os homens que mandavam o alhavam do alto dos seus logares.

A fama dos seus productos atravessou as fronteiras e tornou conhecido ao estrangeiro o nome sacratissimo desse país sublime que se chamava Nobal.

*

Ora o rei de Ditami, país vizinho, encantado com todas as maravilhas que lhe contavam desse grandioso Nobal, onde a brisa tinha afagos de namorada, onde as aves subiam muito alto no azul do firmamento para com seus cantos agradecerem a Deus as belezas que a flux espalhou por todo aquele rincão florido, onde os lírios e as boninas se miravam orgulhosas em cristalinos arroios sussurrantes, tocado n'alma pelo anjo mau da cubiça, mandou um dia aprestar os seus exercitos, e sitiou e venceu esse nobre, mas agora infeliz, país de Nobal. A velha guarda do castelo de Magui também luctou, mas foi vencida.

*

Os tempos foram passando sem que uma alvorada de redenção surgisse para o tristissimo povo de Nobal. Um dia, porém, um magestoso grito de revolta correu de norte a sul, e os centuriões e guerreiros de Magui juntaram a sua sorte á doutros seus colegas do país, e pegaram em armas contra Ditami. Ainda desta vez a má sorte os perseguiu, e vencidos e presos foram mandados numa caravela para o país de Prettoc.

A vila de Magui, estranha a todos estes sucessos, nobre e leal, continuava a trabalhar.

A fúria de Ditami, porém, em breve se fez sentir. Tiraram-lhe os seus guerreiros; o ensino foi reduzido nas suas escolas e as contribuições fortemente aumentadas. O povo gemeu, e sentido por tanta injustiça, fez chegar até Ditami o clamor do seu protesto: — Senhor! que razão ha para que sejamos tratados assim? Não vos pagamos nós em dia as

contribuições que nos lançastes? Não somos nós o mais leal e nobre dos povos de Nobal? Vê o nosso povo que produz e trabalha e que por isso tem jus a ser por vós olhado com respeito.

Ditami não quiz ouvir os fortes clamores deste povo nobilissimo que nada mais pedia do que justiça. Cansados, porém, de clamar no deserto, os representantes do povo, nomeados por Ditami, disseram:

— Não podemos ficar à mercê de uma reparação que nunca chega. É necessário que Ditami em pessoa descanse dentro dos nossos muros; que examine a nossa industria, que, em suma, fique sabendo que este povo pede somente aquilo que tão injustamente lhe foi tirado, e a que pela sua importancia tem direito.

E metendo-se a caminho foram convidar o soberano a visitar oficialmente a sua nobre vila. Aceite o convite e designado o dia da visita, partem pressurosos a levar a noticia a todo povo de Magui.

E é ver agora o afan de toda aquela gente! Despresados, ofendidos, tudo esquecem, e á porfia trabalham para receberem condignamente o seu agressor; tiram das velhas arcaas os seus mais finos tecidos de seda e lançam-os nas janelas; colhem dos seus jardins as mais belas e odoríferas flores para o vitoriarem á sua passagem; limpam e embelezam a «sua casa do povo» para lhe apresentarem os seus cumprimentos de boas-vindas e ornamentam magestosamente o grande palacio que o receberá durante a sua estada na linda Magui. Dão-se todas as mãos sendo um por todos, e todos, pela grande, pela nobre, pela sublime, pela sem igual Magui, a pobre martir.

E o soberano veio. E o soberano viu. Tudo se lhe mostrou. O trabalho das suas fabricas, o tesouro sublime dos seus monumentos antigos, a beleza dos seus campos, a maravilha natural dos seus montes, e sobretudo a alma pura do seu povo.

E contente partiu Ditami, e contente voltou o povo a fazer gitar o mecanismo complicado das suas fabricas, certo de que a hora da reparação havia chegado.

Como se enganava, porém, aquela pobre gente!...

Os tempos passaram e Ditami esqueceu. Ao principio vagas promessas logo retardadas por superiores razões de Estado, e mais tarde... mais tarde... até essas promessas morreram para sempre. Mas o povo leal, feliz porque soube cumprir o seu dever, continuou a trabalhar afirmando sempre com nobreza a sua vitalidade, e, a pesar de despresada pelos «Poderes do Estado», conseguiu fazer chegar até nós a sua infeliz historia, a que o mar pôz fim nesse cataclismo imenso que deve ter sido a submersão da grande Atlantida.

*

É esta a triste historia do povo de Magui, vila nobre e honrada do reino de Nobal.

Coisas e Loisas

Pouco curam os pais das vocações dos filhos, e contudo, dêste facto graves inconvenientes resultam, quer para o individuo, tantas vezes deslocado em suas aptidões, quer para a colectividade. Que isto é assim, diz-lo Nemo, transcrevendo em «A Voz» adequado texto de autor célebre.

Nemo tem carradas de razão para falar de papo no assunto. Ele que dava um talentoso inquisidor-mór, um Torquemada singular, ou, pelo menos, um reverendissimo sacristão, viu-se transformado em engenheiro, conselheiro, director de lamparinas, tocador das sete gaitas, enfim. Pirraças do destino.

Mas, que dirá Nemo da vocação ou *embocadura*, clerical dos seminaristas arrebanhados, por esse país fora e por esse mundo dentro, na tenta idade da infância, nos verdes dias do pião e do pagaio? Que dirá o ilustre *sociologo* dos pobres diabos arrastados para o celibato — mesmo para inglês vêr — em idade em que de tal coisa não fazem a menor ideia? Que dirá êle, o engraçado psicologo, ao vêr passar, a dois de fundo, as criancinhas roubadas ao arado e á terra, destinadas a vazar na mão férrea da intolerância o que de melhor receberam da providência: o espírito e o cérebro? Com que direito se atrevem a falar de vocações os que condemnam a razão, pregam o sacrificio da vontade e não escolhem meios para subjogarem as próprias consciências? Com que cara pode um Nemo qualquer, um fanático como tantos, falar de vocações, do livre exercício da vontade, quando por sua acção as tolhe e desvia?

Sume-te, diabo. Este fiel vasallo ou não está bom do miolo, ou se julga em terra de pretos.

*

Aqui sim; aqui, em coisas da religião, é que Nemo lavra como piolho em roupa lavada. A tocar na flauta divina nem os harmoniosos pastores das doces églogas lhe levam as lampas. É certo que de vez em quando dá fífia. Há-de sêr o hábito da asceta, que no assunto é êle mestre, pontífice, alho, por excelência. É ver como se espanja e refocila pelos tortuosos caminhos do Calvário, pelos sinuosos meandros do «drama litúrgico da grande semana» como rejuvenesce, como se pavoneia, arrogante, sugestivo, teso como um virote no espartilho férreo da verdade revelada.

Enquanto o Filho do Homem agonisa no Gólgota, Nemo desfaz-se em hossanas ao «alicerce granítico da história de Cristo». E argumenta prespicás, solerte, com aquela cara que lhe conhecem e a verdade e o desplane que todos podem vêr e medir.

«A razão revoltada e orgulhosa, diz o alho, prometeu-lhe (á humanidade) a emancipação de Deus e o paraíso na terra, assegurado pelos frutos da árvore da sciência. Esses frutos venenosos aí os tivemos, não há muito, num cataclis-

Z.

